



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 273/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a promover a extinção da empresa de economia mista Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.


Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, ou subsidiária desta, a promover a extinção da empresa constituída em sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – ELETROSUL, denominada Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 14.550 de 30 de novembro de 2.004.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


P. LEMOS
RELATOR


RELATOR



DEP. CHEIDA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 FEV. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 075/11

Súmula: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Art. 1º - Todo o resíduo contendo substâncias químicas ou biológicas que sejam produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, anti-retrovirais, anti-inflamatórios, corticóides, e seus derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei.

Art. 2º - As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de produtos descritos no artigo 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

Parágrafo único – as empresas descritas no *caput* deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

Art. 3º - Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais que comercializarem medicamentos, os postos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua remédios, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.

Art. 4º - Os medicamentos, ou produtos recebidos na forma do artigo anterior, serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo-se as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o repasse para os distribuidores, fabricantes ou importadores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	3960
EM	24 02 11
FUNCIONÁRIO	

4

14:53 23/02/2011 000470 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Art. 5º - Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos estabelecimentos que os comercializam ou que os distribuam, informarão às empresas distribuidoras e revendedoras, ou as fábricas ou importadoras, a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

Parágrafo Único - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis, nos termos desta lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

Art. 6º - Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I - Lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

II - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III - Lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV - em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos)

V - lançados na rede de esgoto.

Art. 7º - A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa.

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

IV - persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o cumprimento integral do presente diploma legal.

A



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Art. 8º - O Poder Executivo Regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 22 de fevereiro de 2011

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual – PMDB

JUSTIFICATIVA

"Recentemente, o monitoramento de fármacos residuais no meio ambiente vem ganhando grande interesse devido ao fato de muitas dessas substâncias serem freqüentemente encontradas em efluentes de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e águas naturais, em concentrações na faixa de $\mu\text{g/L}$ e ng/L . Stumpf et al.¹ relataram em seu estudo que a presença de fármacos residuais em águas superficiais pode ser um indicativo de contaminação por esgoto das ETEs.

...

Sendo assim, muitos fármacos residuais resistem a vários processos de tratamento convencional de água.

Em todo mundo, fármacos, tais como, antibióticos^{4,7-10}, hormônios^{2,11-15}, anestésicos^{1,2,6,16}, antilipêmicos^{1,2,6}, meios de contraste de raios-X¹⁷⁻¹⁹, antiinflamatórios^{1,2,20-22} entre outros, foram detectados no esgoto doméstico, em águas superficiais e de subsolo. Na Alemanha, 18 antibióticos foram identificados em efluentes de ETEs e águas superficiais por Hirsch et al.⁸. Ternes et al.^{3,12} detectaram estrogênios em concentrações na ordem de $\mu\text{g/L}$ em efluentes de ETEs."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Com uma parte da introdução da pesquisa "FÁRMACOS NO MEIO AMBIENTE" da pesquisadora Dra. Daniele Maia Bila e Márcia Dezotti, apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, podemos ter uma pequena dimensão do problema que o Brasil e o Paraná devem enfrentar de forma imediata.

O presente Projeto de Lei tem o escopo de obrigar as farmácias e outros estabelecimentos que vendem ou distribuem remédios a se responsabilizarem pela coleta e destinação adequada de fármacos que já estão vencidos ou que estejam inservíveis.

O CONAMA, e a Legislação ambiental brasileira tem como um princípio norteador que aquele que polui deve se responsabilizar pela despoluição. Em outras palavras aquele que despeja no Meio Ambiente produtos não biodegradáveis naturalmente deve se responsabilizar pela destinação adequada, sem o prejuízo ao Meio Ambiente. É a logística reversa.

Assim nada mais justo e oportuno que os fabricantes e distribuidores de medicamentos sejam responsáveis pela destinação final dos medicamentos, desonerando o Poder Público desta árdua tarefa, e garantindo que estes medicamentos não sejam dispensados nos aterros sanitários convencionais ou ainda pior sejam dispensados na rede de esgoto.

Pela atual forma o Paraná exige que as farmácias e demais estabelecimentos contratem um serviço particular de destinação de resíduos perigosos para apenas algumas substâncias, sendo que a maioria de anti-inflamatórios, antibióticos, hormônios sintéticos, podem ser descartados normalmente com o lixo convencional, ou ainda depositados na rede de esgoto.

Obrigar que estes medicamentos, todos eles, tenham uma destinação adequada, desonerando o Poder Público e desonerando os destinatários finais (consumidores), é medida necessária e urgente.

Para tanto adotou-se o princípio da logística reversa, obrigando os fabricantes e distribuidores a receberem este material e se responsabilizando pela adequada destinação final.

Diante do exposto, acredito que o presente projeto de Lei trará benefícios ainda incalculáveis para todos os paranaenses e para o nosso ecossistema.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – CCJ

PROJETO DE LEI Nº 75/2011, DE INICIATIVA DO DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA – DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DA DESTINAÇÃO DOS MEDICAMENTOS EM DESUSO NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS PROCEDIMENTOS.

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: *Institui a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.*

EMENTA: RESPONSABILIDADE DESTINAÇÃO MEDICAMENTOS EM DESUSO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE MATÉRIA AMBIENTAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 23. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 53, XVI. CONSTITUCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA IMPEDIMENTO E TRATAMENTO EM OUTRA LEI. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei institui a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I¹, que à Comissão de Constituição

¹ Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica: §2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e



e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

Portanto, a análise deste parecer será adstrita à competência regimental da CCJ, sem adentrar ao mérito do Projeto.

A medida que ora se apresenta para apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça - CCJ versa sobre a obrigação, por parte das empresas fabricantes, importadoras ou revendedoras de medicamentos de uso humano e veterinário, descritos no artigo 1º do Projeto de Lei nº 075/2011, que devam dar destinação adequada a esses produtos, mediante procedimento de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

Na moldura jurídica e constitucional é perfeitamente possível o legislador estadual legislar sobre o tema, sem interferir ou adentrar a competências dos outros poderes constituídos, o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

A **Constituição Estadual**, determinou em seu art.53, sobre as matérias, pelas quais o deputado estadual pode dispor.

Vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Mais especialmente sobre o tema do Projeto de lei, o **inciso XVI do art. 53, da Constituição Estadual** assevera que cabe à Assembléia Legislativa legislar sobre matéria decorrente da competência comum, prevista no **art. 23 da Constituição Federal**. Vejamos a redação do dispositivo constitucional:

*Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer uma das formas.*

Pois bem, o presente Projeto de Lei é constitucional, visto que não adentra competência de nenhum outro Poder Público e está contido na moldura jurídica das competências do parlamentar.

A esse respeito o ilustre Manoel Gonçalves Ferreira Filho ensina o seguinte: "A lei é, em última análise, o fruto da decisão de um órgão do Estado de instaurar direito novo, de um órgão, pois, a que a Constituição concede esse poder". (Do Processo Legislativo – 6ª. Edição – Editora Saraiva, 2009, pág. 204).

Cumpre dizer que a Carta da República consagra que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. **Por isso o projeto de lei, busca a aprovação para que se obrigue as empresas fabricantes**, importadoras ou revendedoras de medicamentos de uso humano e veterinário, a darem a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimento de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Embora, a matéria em tela seja afeta à Secretaria de Estado da Saúde, a qual tem suas obrigações postas na Lei 8485/87, não há lei no Estado do Paraná que trate mais especificamente do tema, sendo assim necessário que o Projeto seja analisado, para que se cumpra, por parte das empresas, as devidas obrigações na destinação dos medicamentos de uso humano e veterinário.

Há um vácuo no ordenamento jurídico nessa questão, não há norma que determine a obrigação e assim o legislador não pode ser inerte e aguardar que outro poder lhe tome à frente e edite norma, sob pena de omissão.

Não há ilegalidade no Projeto de Lei. Há a necessidade da norma e por certo a adoção de direito novo, que se apresenta escrita e articulada.

Vencida a questão da constitucionalidade e da legalidade, há que se considerar que não é atribuição desta Comissão adentrar o mérito do Projeto de lei, mas sim ater-se as questões que são afetas.

Considerando a constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 75/2011.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator




Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n - 8º andar - gab 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - e-mail: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 075/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

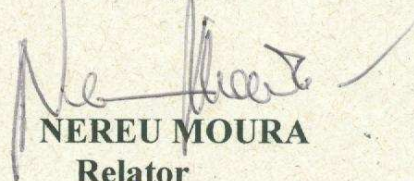
A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de obrigar as farmácias e outros estabelecimentos que vendem ou distribuem remédios a se responsabilizarem pela coleta e destinação adequada de fármacos que já estão vencidos ou que estejam inservíveis.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


DR. BATISTA
Presidente


NEREU MOURA
Relator


ADELINO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 075/11

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo dispor sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

Este assunto vem sendo de grande interesse devido ao fato de muitos fármacos residuais serem frequentemente encontradas em afluentes de Estações de Tratamento de Esgoto e águas naturais. Essas substâncias resistem a vários processos de tratamento convencional de água.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

Projeto de Lei nº 177/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAR. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Institui o “Dia de Combate as Drogas”.

Art. 1º. Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o “Dia de Combate as Drogas”, a ser celebrado, anualmente, no dia 26 de junho.

Parágrafo único – No ensejo da celebração de que trata esta lei, deverão ser realizadas na rede pública de ensino palestras e programas de conscientização, priorizando ampla discussão a respeito dos malefícios do uso das drogas lícitas e ilícitas para a juventude e para a população do nosso Estado.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.

PARANHOS
Deputado Estadual - PSC





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

JUSTIFICATIVA

A prevenção social no combate às drogas é o reflexo do comprometimento e integração de entidades das mais diferentes organizações sociais com os órgãos governamentais, e em particular como governo estadual que através do trabalho de rede constitui a melhoria das condições de vida e promoção da saúde nas comunidades.

O reconhecimento desta ação e dos indivíduos da sociedade organizada nela presente são os resultados dos trabalhos desenvolvidos e sinal de que há muito para se realizar. A priorização das comunidades mais vulnerais é fundamental para combater a evolução do problema do uso das drogas.

Os fatores mais relevantes a que se presta essa ação estão ligados à promoção de valores voltados à saúde física e mental, seja individual ou coletiva, à cultura local, princípios éticos e condições socioeconômicas. O protagonismo juvenil, a participação da família, da escola, da comunidade, do comércio na multiplicação dessas ações, são bases essenciais para a eficácia dessas ações. Incentivar a prática de esporte, cultura e lazer e proporcionar acessibilidade a este modo de vida saudável é fortalecer o vínculo juvenil com a sociedade.

Proporcionar conhecimento específico sobre as diversas maneiras de prevenção e combate ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, através de atividades interdisciplinares, multiprofissionais e funcionais contribuirá para o desempenho nas campanhas realizadas pelo Estado do Paraná em parceria com as entidades não governamentais, escolas e sociedade em geral.

É importante ter como prioridade nas ações a integração dos jovens, pais, responsáveis, entidades governamentais e não governamentais, iniciativa privada, representantes religiosos, educadores, líderes comunitários e estudantes, conselheiros estaduais e municipais e outros representantes da área. Essa integração entre as partes é fundamental para objetivar os trabalhos que serão realizados e para compartilhar as responsabilidades, proporcionado assim um melhor resultado, onde cada um dá a sua opinião e cada um faz a sua parte. Essa integração fortalecerá as propostas base desse projeto de lei ora apresentado.

Propomos desta forma que no dia 26 de junho, seja efetivado o seu compromisso com a luta e o combate contra as drogas no Paraná e que ao mesmo tempo sejam divulgadas as diversas realizações feitas em prol desta ação.

A instituição do "**Dia de Combate as Drogas**" no Calendário Oficial do Estado do Paraná dará a oportunidade de que sejam realizadas ações para a ampla discussão a respeito dos malefícios do uso das drogas lícitas e ilícitas para a juventude e para a população do nosso Estado.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 177/11

Projeto de Lei nº. 177/11
Autor: Deputado Leonaldo Paranhos.

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DE COMBATE AS DROGAS", a ser comemorado anualmente na data de 26 de Junho.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE DATA COMEMORATIVA. "DIA DE COMBATE ÀS DROGAS". MANIFESTAÇÃO CULTURAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, objetiva instituir o Dia de Combate as Drogas, que será comemorado anualmente na data de 26 de Junho, a fim de que sejam realizadas ações para a ampla discussão a respeito dos malefícios do uso das drogas lícitas e ilícitas para a juventude e para a população do nosso Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Analizando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à **defesa da saúde**, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
(Grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
(grifo nosso)

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um dia específico de conscientização sobre os riscos que as drogas podem causar na vida das pessoas e de suas famílias.

Diante disso, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 205/2011.

REGISTRADO EM ATA



Súmula: Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental ESPAÇO MULHER.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Não Governamental ESPAÇO MULHER, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de Março de 2011.


Luciana Rafagnin
Dep. Estadual



16:22 21/03/2011 00:17:6 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA:

O ESPAÇO MULHER é uma entidade que atua na organização das mulheres paranaenses desde 2001, tendo suas ações pautadas na defesa dos direitos das mulheres.

Numa sociedade em que a participação da mulher é algo crescente e evidente, faz-se necessário ampliar a discussão do tema nos diversos setores. Nesse caso, organizações como o Espaço Mulher incentivam, defendem e aprimoram o trabalho feminino.

A busca pela igualdade nas relações de gênero é que nos impulsiona a propor o presente projeto de lei como um reconhecimento para que se possa avançar em um Estado que defende os princípios solidários, visando salvaguardar a inclusão social, a gestão participativa, a ética e a paz.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 205/2011

Projeto de Lei nº. 205/2011

Autora: Deputada Estadual Luciana Rafanin

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ESPAÇO MULHER** com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- REQUISITOS PREENCHIDOS - LEI Nº
6.994/78 - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafanin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ESPAÇO MULHER**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR





